

Discurso de lançamento da Coleção i7H: Propriedade Intelectual, Inovação e Sustentabilidade durante o 26º Inverno Cultural, dia 17-07-2013, as 19:00 horas, no CESC do 11º BIMth.

Magnífica Reitora Dra. Valéria Kemp,

Excelentíssimo Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários e Coordenador Geral do 26º Inverno Cultural
Dr. Paulo Henrique Caetano,

Demais autoridades civis e militares,

Senhoras e Senhores, boa noite.

Como poderia ser surpreendido pela emoção, neste momento de colheita e compartilhamento, onde as palavras pudessem faltar, decidi registrar breves apontamentos que os apresento a seguir.

Primeiramente, gostaria de agradecer a:

SANTÍSSIMA TRINDADE por essa benção recebida.

Aos nossos pais e familiares pelo apoio e exemplo.

A Editora Lumen Juris pela confiança e pela excelência laboral.

A Comissão do 26º Inverno Cultural da UFSJ pelo apoio e o singular espaço concedido ao saber e a cultura.

Em resposta ao convite da Editora *Lumen Juris* em outubro de 2012, nosso grupo de pesquisa aceitou o desafio cujo resultado, nossas obras, estamos aqui para festejar e dividir com Vossas Senhorias.

Em síntese, as sete obras que hoje apresentamos são um convite à reflexão. Não pretendemos esgotar o tema nem tão pouco propor uma solução definitiva, apenas chamar a atenção sobre como podemos cuidar de forma mais adequada do nosso patrimônio imaterial, nossos bens intangíveis, e consequentemente, de nosso povo brasileiro como um todo.

São várias as vertentes que aqui apresentamos, tais como: patentes, células-tronco, biotecnologia, deficiência auditiva, biodiesel, energia eólica, energia solar, meio ambiente, tombamento, matriz energética, políticas públicas, capitalismo inclusivo, crédito de carbono e método randômico, temas que julgamos estratégicos para a nação brasileira.

Não vamos mudar as regras do jogo no cenário político nacional e internacional, mas apresentamos um novo olhar, uma nova hermenêutica, uma nova estratégia, no sentido de privilegiar, entre outros aspetos, o Estado Democrático de Direito.

Após concluída as obras fomos indagados pela ilustre editora sobre em qual capital desejaríamos fazer o lançamento da coleção. Confesso que estávamos inclinados em optar por Manaus, pelas pertinentes razões onde coadunam as temáticas da coleção e as carências, já conhecidas, da região norte. Então eis que recebemos mais um sinal, pois sendo todos os autores de São João del-Rei, optamos por nossa cidade, afinal o tema do 26º Inverno Cultural já nos reporta que “Todo lugar é aqui”.

De posse de uma ótica superficial e uma análise que se prive da devida holística e sinergia que, popularmente, incidem sobre os direitos de propriedade intelectual e seus desdobramentos, um potencial agente social, via de regra, muito provavelmente será impelido a render a razão aos alienistas de plantão, os quais defendem que o arcabouço jurídico de bens intangíveis, socialmente institucionalizados, é privilégio somente das nações hegemônicas.

Entretanto, percebe-se nos últimos anos a especial atenção dispensada pela sociedade e pelo Estado Brasileiro sobre a propriedade intelectual e a inovação. Três exemplos desta realidade são: a crescente indústria de música que se farta da proteção dos direitos autorais e dos direitos conexos, apesar da também crescente contrafação que a mesma sofre; a recente mudança de nome (e de missão e visão) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para o atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e o crescente número de registros concedidos a Indicações Geográficas de produtos brasileiros.

Se por um lado é gratificante constatar esta importante e auspiciosa mudança de paradigma, por outro lado é lamentável a fragilidade da soberania nacional frente aos indicadores com crescimento exponencial que demonstram a “reserva de mercado” praticada pelas nações hegemônicas em território nacional por meio de patentes aqui depositadas em áreas estratégicas e de grande interesse nacional.

Apesar de possuímos em nossa literatura jurídica, técnica e gerencial excepcionais trabalhos que abordam tal assunto, elaborados por notáveis profissionais de grande renome e da mais alta qualificação, constata-se que na maioria das vezes são obras voltadas para aspectos específicos, os quais são compartimentados em searas particulares, o que dificulta uma visão mais abrangente e uniforme no âmbito das concernentes políticas públicas que privilegiem o uso e aplicação da propriedade intelectual para o bem estar social.

Diante deste cenário surge uma inovadora série de títulos da *Lumen Juris* Editora denominada *Coleção i7H: Propriedade Intelectual, Inovação e Sustentabilidade*. Em linhas gerais a coleção supracitada visa abordar de

forma otimizada e atualizada assuntos estratégicos que privilegiam e fortalecem a soberania nacional e a respectiva efetividade de suas políticas públicas rumo ao patamar de excelência (eficiência aliada à eficácia).

Por outras palavras, temas de alto conteúdo tecnológico que permitem a inclusão social e democrática, tais como: tombamento, células-tronco, deficiência auditiva, biodiesel, energia eólica e energia solar, ou ainda, temas constitucionais e infraconstitucionais sobre essa temática, são analisados e sintetizados no sentido de diagnosticar e propor diretrizes para o alinhamento e retificação nas potenciais incorreções de políticas públicas com rendimento abaixo da expectativa.

Com o intuito de colaborar para o necessário debate acerca desse instigante, desafiador e novidadeiro temário foi que resolvemos elaborar estes trabalhos e expor nossas singulares considerações sobre eles, a fim de induzir reflexões que promovam ações sociais e políticas públicas que tornem os brasileiros os verdadeiros titulares de nosso ímpar patrimônio imaterial.

Acreditamos que as futuras histórias de sucesso no Brasil do século XXI estão embrionadas exatamente na tutela jurídica dos bens incorpóreos destinados ao uso comum de nossa população e, evidentemente, contempladas na economia capitalista como produto, como processo ou como serviço. É a tutela da água, a tutela dos alimentos, a tutela dos fármacos, a tutela dos biocombustíveis, a tutela do solo e do subsolo, a tutela dos minérios, a tutela da energia, a tutela da ciência, a tutela da tecnologia, a tutela da educação, é a tutela de um país que, além de ter uma vasta biodiversidade; o maior rio do mundo em volume de água, o Rio Amazonas; a maior reserva de nióbio e a grande reserva de petróleo do pré-sal, tem também um sistema constitucional como produto cultural próprio (e que busca a perfeição a cada PEC), e uma enorme população que, em grande parte, ainda depende para sobreviver, de planos governamentais comandados pelo Poder Executivo, porém apoiados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário.

Esperamos que após a leitura das obras, nossos estimados leitores e estimadas leitoras percebam nossa tentativa de “desmistificar” e demonstrar as nuances e os concatenamentos da propriedade intelectual com as demais áreas do conhecimento e na esteira deste entendimento, salvo maior e melhor juízo, pretendemos, não de forma exaustiva, nem meramente exemplificativa, fomentar os embriões dos novos pilares de uma hermenêutica que seja na medida certa o “pano de fundo” de políticas públicas soberanas.

Certamente, os livros contêm pontos falhos, afinal os autores são humanos e a propriedade intelectual é infinita. Solicitamos, então, aos nossos leitores que nos registrem tanto os aspectos positivos, quanto as incorreções, remetendo-as ao Editor, para que sempre possamos melhorar a cada nova edição, e a cada nova obra.

Diante do exposto, apresentamos palavras finais no sentido de convidar novos autores. Segundo Eduardo Galeno, “somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos”.

O próprio Jesus Cristo, em Lucas 14:28-32, mostrou em ensinamentos, a necessidade de planejar na construção de uma torre, iniciando pelas despesas e alicerces. E ainda, de acordo com Oliver Wendell Holmes, “o mais importante da vida não é a situação onde estamos, mas a direção para a qual nos movemos”.

Em suma, gostaríamos de destacar que as presentes obras tem como destinatários(as) alunos(as), professores(as), inventores(as), inovadores(as), investidores(as), mas principalmente, os empresários(as), pois o Brasil precisa que a “inovação protegida” aconteça no dito “setor produtivo”, e com isto promover e fortalecer o terceiro elo mais fragilizado, denominado empresa, se comparado com os outros dois, universidade e governo, e assim, girar a tão almejada “hélice tripla” do desenvolvimento econômico inovador e sustentável.

Pautado pelos dizeres supramencionados, respeitosamente, o Editor convida autores que possuam obras compatíveis com a temática da *Coleção i7H: Propriedade Intelectual, Inovação e Sustentabilidade*, que enviem seus trabalhos para avaliação, segundo os interesses da *Lumen Juris Editora*, a qual mantém uma constante busca pela produção de obras nos ditames da excelência literária.

Uma vez que “Todo lugar é aqui”, podemos dizer que todos os brasileiros são os próprios sanjoanenses, e a meus queridos e queridas conterrâneos finalizo meus dizeres.

Os episódios da derrama no Brasil Colônia, para garantir a arrecadação do quinto, imposto de 20% do ouro para a Coroa Portuguesa, e o Ato Institucional Nº 5 ou AI-5 em 1968, que concedia poderes extraordinários ao Presidente da República, como desdobramento do Golpe Militar de 1964, fazem parte de nossa história e devem ser respeitados, analisados e sintetizados.

Entretanto, os remanescentes, sutis e corrosivos valores desta época que ainda persistem no seio de nossa sociedade, não devem mais ser cultivados em nosso consciente coletivo. No âmbito internacional, não podemos mais permitir que nações hegemônicas criem patentes imperialistas em território nacional, onde precisamos pagar para usar o que é nosso, o que em suma viola nossa soberania; e ainda no âmbito interno, não podemos mais permitir que a corrupção destrua o que temos de melhor, os brasileiros e brasileiras, ou seria os sanjoanenses e as sanjoanenses, uma vez que “todo lugar é aqui”?

Por fim convido a todos e todas que busquem cultivar habilidades, competências e atitudes que privilegiem e tornem inquestionáveis e inabaláveis a factibilidade e a veracidade sobre a existência do soberano Estado Democrático de Direito no Brasil.

Agradeço a atenção e apoio de Vossas Senhorias!

Boa noite e boa leitura a todos e todas!

Rogério Almeida Meneghin – Editor.